

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Julho/Agosto-2019 - Número 400 - Ano 42

Entrevista

Patrícia Campos Mello

"Faz uma fake news com a cara do jornalista. Você literalmente ataca o mensageiro"

Reforma da previdência

A aposentadoria dos jornalistas está por um triz

Campanha salarial de jornais e revistas

Categoria luta por cláusulas que a protejam da reforma trabalhista

Imprensa sob ataque

Glenn Greenwald e outros jornalistas resistem às agressões e intimidações do governo Bolsonaro



Reprodução

Juca Kfourri
Matrícula Sindical 4294

Webserie Sindicalize-se! traz Juca Kfourri e outros jornalistas para ressaltar a importância da sindicalização

Campanha de sindicalização lança Websérie Sindicalize-se!

A Campanha de Sindicalização “Em Legítima Defesa, Sindicalize-se!” lançada em março inaugurou nova fase com uma websérie que traz depoimento de jornalistas em defesa da sindicalização. O primeiro vídeo da série, lançado em junho, traz o depoimento do jornalista esportivo Juca Kfourri. Lalo Leal Filho e Percival de Souza também deram seu depoimento. Assista: <http://bit.ly/WebserieSindicalize>

Negociação da EBC segue parada e trabalhadores têm dia de desconto por paralisação de greve

Os trabalhadores da EBC e os sindicatos de jornalistas e de radialistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal se reuniram, em junho, com a empresa para retomar a negociação salarial, mas a EBC não apresentou nenhuma contraproposta e apenas se comprometeu a apresentar a proposta, aprovada em abril pelos trabalhadores, ao Ministério de Economia. O pleito dos trabalhadores é de 4,5% de reajuste nos salários com benefício de um ticket extra ou 3,6% nos salários com benefício de dois tickets extras, além da garantia do desconto em folha da mensalidade para sindicalizados e o aceite das demais propostas em mediação no

TST. Em assembleia, os trabalhadores aprovaram adesão à greve contra a reforma da previdência marcada para 14 de junho e comunicaram à EBC conforme previsto lei. Apesar disso a direção da empresa está orientando seus gestores a registrar o dia como “falta não justificada”. Caso haja desconto no contracheque dos trabalhadores, o Sindicato buscará meios legais contra a medida.

Categoria aprova balanço de 2018

Os jornalistas que participaram da assembleia aprovaram a prestação de contas de 2018 e a previsão orçamentária de 2019 do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP). Os itens foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. O secretário de Finanças e Administração do Sindicato, Cláudio Soares, apresentou o balanço de 2018 no qual a arrecadação somou cerca de R\$ 2,965 milhões. Desse total, as mensalidades dos sindicalizados responderam por 42,9%. As despesas no ano foram de R\$ 2,886 milhões, com saldo de R\$ 78 mil. Entretanto, ao longo de 2018 foram pagos também R\$ 519 mil referentes a dívidas antigas, relativas ao plano de saúde vigente no sindicato entre 1999 e 2003.

Na discussão sobre revisão orçamentária de 2019, a assembleia

modificou o orçamento aprovado anteriormente. Além de incluir alguns itens e aumentar alguns valores estimados, a assembleia propôs aumentar o valor a ser investido na Campanha de Sindicalização especialmente pelo fato de a sindicalização ser a saída para a sustentação financeira da entidade.

Leia mais: <http://bit.ly/Assembleia-Balanco>

Eleitos delegados para ConCUT e CeCUT-SP

Em assembleia com a categoria, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP) elegeu os delegados e delegadas para o 13º Congresso Nacional da CUT (ConCUT) e para o 15º Congresso Estadual da CUT São Paulo.

A maioria dos presentes aprovou Paulo Zocchi, presidente do SJSJP, e Lillian Parise, secretária de sindicalização, como delegados ao 13º ConCUT e o secretário de finanças do Sindicato, Cláudio Soares, e Cândida Vieira, secretária-geral, como suplentes.

Para o Congresso Estadual da CUT São Paulo (CeCUT), Paulo Zocchi e Cândida Vieira foram eleitos delegados e José Eduardo, secretário de interior, e Solange Santana, da regional de Santos, foram eleitos suplentes. Lillian Parise e a diretora Fabiana Caraméz são delegadas natas.

Saiba mais: <http://bit.ly/2XA1Q0h>

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente: Paulo Zocchi **Secretária-geral:** Cândida Vieira **Secretário de Finanças:** Cláudio Soares **Secretário do Interior:** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura:** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais:** André Freire **Secretária de Sindicalização:** Lillian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência:** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional:** Ana Flávia Marx

Diretores de Ação Sindical

Alan Rodrigues, Ana Minadeo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, Érica Aragão, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício da Profissão (Corfep)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

Diretores Regionais

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes **Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant’Ana **Ribeirão Preto** Aurení Menezes **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caraméz

Diretores de Base do Interior

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezim, Gustavo Franco Anunciato, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** David Radessa, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Raton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

Conselho Fiscal

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni, Norian Segatto e Vladimir Miranda

Comissão de Ética

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira

EXPEDIENTE

Diretora responsável: Priscilla Chandretti (MTb 13.463/MG) **Editor Chefe:** Sérgio Kalili (MTb 25.532/SP) **Jornalista:** Adriana Franco (MTb 48.472/SP) **Diagramação:** Fábio Bosqué (MTb 46.844/SP) **Colaboradores:** Carlos Mello e Victor Pagani **Imagem de capa:** The Intercept Brasil

Impressão: Gráfica Paineiras - Tiragem: 4.000 - Fone (19) 3406-2650

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSJP.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

sjsjp.org.br

unidade@sjsjp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

GOVERNO INIMIGO DA IMPRENSA, DOS JORNALISTAS E DA DEMOCRACIA

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, em 6 de agosto, que, por decisão sua, as grandes empresas brasileiras não teriam mais a obrigação de publicar seus atos societários em jornais ou diários oficiais. Com uma medida provisória, alterou de forma imediata uma lei promulgada por ele mesmo 103 dias antes, prevendo que acabaria a obrigatoriedade de publicar as informações das empresas em diários oficiais a partir de 2022, mas seria mantida a da publicação em jornais privados.

As falas e expressões que acompanharam este anúncio foram reveladoras das intenções de Bolsonaro. “No dia de ontem, retribuí parte daquilo que grande parte da mídia me atacou” (sic), afirmou, depois de dizer que venceu as eleições presidenciais com “quase toda a mídia, o tempo todo, esculachando a gente: fascista, homofóbico, racista, e seja lá o que for”. Com ironia, declarou entre risadas: “Eu espero que o Valor Econômico sobreviva à medida provisória de ontem”.

Está estampado: temos um presidente inimigo declarado da imprensa. Não apenas da liberdade de imprensa, mas da própria existência da imprensa, já que passou das ameaças para as medidas concretas que atingem seus alvos com danos econômicos, visando a sua destruição.

Ameaças a Glenn Greenwald

Um extraordinário trabalho jornalístico começou a vir à luz em 9 de junho, quando o site The Intercept Brasil passou a publicar – em seguida, em colaboração com outros órgãos – conversas realizadas, por meio do aplicativo Telegram, entre o ex-juiz e atual ministro Sérgio Moro e os procuradores

da Lava Jato. Todo o material é de grande interesse público, mostra a condução política e parcial das investigações, acusações e julgamentos da operação.

O atual governo, nascido em condições forçadas pela rede de ilegalidades que as reportagens revelam, não pode conviver com a divulgação dos fatos subterrâneos. Questionado sobre o decreto de Moro facilitando a deportação de estrangeiros, Bolsonaro passa a atacar o jornalista norte-americano Glenn Greenwald, principal nome do Intercept, afirmando que ele está “cometendo” um “crime” (e se negando a dizer qual seria) e que “talvez pegue uma cana aqui no Brasil”. Ameaça brutal, feita por um presidente da República, numa peculiar linguagem de sarjeta, que merece o repúdio de todos.

Defesa do jornalismo

Sobre o conjunto de reportagens do Intercept, uma primeira consideração: a divulgação das conversas elucida e prova algo que, para os que não fecham os olhos ao autoritarismo e ao arbítrio, já estava claro na forma de atuar da Lava Jato. Em 4 de abril de 2016, a direção deste Sindicato, em nota a respeito da condução coercitiva abusiva de um jornalista, e da apreensão de seu material de trabalho, afirmava: “A diretoria do SJSJP já se manifestou contra os métodos da Lava Jato que, em nome de combater a corrupção, atropela garantias constitucionais, como a neutralidade da Justiça, o direito ao processo legal e a presunção de inocência. Agora, às demais violações da Lava Jato soma-se o desrespeito ao sigilo de fonte.” E novamente, escrevemos um ano depois: “O Poder Judiciário, nos últimos tempos,

vem adotando com frequência procedimentos que atropelam garantias e direitos consagrados em lei”, a respeito da divulgação de conversas gravadas entre um jornalista e sua fonte. Como se vê, adianta pouco qualquer tentativa de Moro e Dallagnol de negarem o conteúdo das conversas noticiadas: os fatos já eram óbvios. A reportagem apenas traz provas materiais dos delitos.

Há uma consequência política de fundo: o jornalismo feito pelo Intercept e associados carimba no atual governo a marca da fraude e da ilegitimidade. Que direito têm esses senhores de comandar a destruição da Previdência Pública, comprometendo o acesso a uma aposentadoria digna para milhões de brasileiros (incluindo para a grande maioria dos jornalistas, que se aposentam pelo regime geral, principal alvo da “reforma”)? Que mandato possuem para destruir a Petrobras, entregando o setor de gás e de refino, passando o pré-sal para as mãos das multinacionais?

As revelações reforçam a necessidade de resistência coletiva e organizada, pois o grupo que governa o Brasil avança na destruição de tudo que é público e democrático e amplia as condições para a precarização sem limites das condições de vida e trabalho da população. Nosso Sindicato, como integrante da CUT, está presente no coração da luta geral por direitos e democracia. E, no cotidiano, atua em muitas trincheiras na defesa do jornalismo e dos jornalistas, onde quer que estejam, buscando fazer desta entidade um lugar de acolhida, debate e ação para toda a nossa categoria.

Direção do SJSJP

EU SUSTENTO MEU SINDICATO

Conheça as formas de mensalidade do Sindicato dos Jornalistas SP

PROPORCIONAL
para jornalistas celetistas ou servidores públicos

1% DO SALÁRIO
Com TETOS de R\$ 34,00 para o interior e R\$ 58,00 para a Capital

FIXA

R\$ 34,00
INTERIOR

R\$ 58,00
CAPITAL

SOLIDÁRIA
Quantia voluntária mais alta

Em caso de dúvida, entre em contato: sindicalizacao@sjsjp.org.br



Campanha Salarial de Jornais e Revistas segue em negociação

Na Capital, categoria insiste em ganho real; no interior, empresas oferecem reposição da inflação



Adriana Franco

SJSJ segue em negociação para garantir reajuste com ganho real para a categoria

A Campanha Salarial 2019-2020 de Jornais e Revistas começou em março e segue em negociação tanto na capital quanto no interior e litoral. As Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) de 2018-2019 foram estendidas, mantendo os direitos já conquistados pelos jornalistas por sessenta dias. A extensão das convenções garante a vigência do acordo, que após a reforma trabalhista deixam de valer no último dia. A data-base é 1º de junho.

A categoria reivindica o reajuste salarial pela inflação de 4,78% mais ganho real, auxílio creche, multa por atraso de pagamento, respeito à jornada contratada em caso de home office e fornecimento de equipamentos de segurança, entre outras cláusulas.

O objetivo da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP) é incluir nas CCTs cláusulas que protejam a categoria da desregulamentação causada pela reforma trabalhista. Além disso, o SJSJP pretende preservar as cláusulas

sociais existentes e lembra que durante a campanha salarial 2018-2019 as empresas negociaram com o objetivo de retirar direitos já conquistados, mas a união e resistência da categoria mantiveram os direitos negociados anteriormente.

Capital

Na capital, as negociações sobre as cláusulas sociais avançaram e as empresas se posicionaram favoráveis em mantê-las. Segue em debate a manutenção das cláusulas sociais por dois anos, salvo em caso de elaboração de novas cláusulas posteriormente negociadas em comum acordo por meio da Comissão Paritária a ser constituída. Dessa maneira, a campanha salarial de 2020 focaria nas cláusulas econômicas e no reajuste salarial dos jornalistas e as cláusulas sociais só voltariam à mesa de negociação na Campanha Salarial 2021-2022.

Já nas cláusulas econômicas, as empresas ofereceram a reposição da inflação (4,78%) para o

pisso e os salários acima teriam reajuste de apenas R\$ 151,14. Em assembleia no sindicato e nas redações, a categoria reafirma seu pleito pelo ganho real no salário de todos.

Além disso, o SJSJP reivindica uma nova redação para as cláusulas de assédio sexual e moral com o objetivo de proteger os profissionais e estabelecer um procedimento para o encaminhamento de denúncias. O Sindicato também estuda a reformulação da cláusula para proteger os jornalistas em caso de condenação judicial com as empresas.

Grande São Paulo, interior e litoral

Para as cláusulas econômicas, o patronal ofereceu a reposição da inflação (4,78%) e propôs que a diferença salarial retroativa a 1º junho de 2019 (junho e julho) seja paga nos meses de janeiro e fevereiro de 2020. O Sindicato realiza plebiscito para consultar se a categoria aceita ou não a proposta das empresas.

Diante da atual conjuntura e da dificuldade em avançar na proposta, a direção do Sindicato recomenda que a categoria aceite o reajuste oferecido.

Além da reposição inflacionária, as empresas de jornais e revistas da Grande São Paulo, do interior e litoral acataram a proposta de incluir multa por atraso no pagamento do 13º salário e nas verbas de rescisão na proporção de 1/90 avos do salário do trabalhador afetado a partir do 11º dia até o limite da obrigação principal. A proposta também prevê a manutenção das cláusulas sociais vigentes na convenção coletiva 2018-2019, como estabilidade para gestante e diária de viagem.

Segue o desmonte da Imesp

Jornalistas, gráficos e funcionários administrativos da Imprensa Oficial do Estado (Imesp) discutem o Programa de Desligamento Incentivado (PDI) apresentado pela direção da empresa. Esse é mais um passo do governo do Estado no desmantelamento da companhia. Em maio, a Assembleia Legislativa já havia aprovado a incorporação da Imesp pela Prodesp (leia na edição anterior).

A Imesp não realiza concursos públicos há uma década. A faixa etária dos trabalhadores elevou-se, e muitos pretendem sair da empresa com algum ganho. Os sindicatos opuseram-se ao PDI, porque com o plano os funcionários ganharão no máximo o que receberiam em caso de demissão comum. Isso é uma determinação do governo Doria.

A proposta é de demissões “por mútuo acordo”, introduzidas pela reforma trabalhista de Temer, que prevê pagamento de 20% da multa do FGTS (em vez de 40%) e metade do aviso prévio devido. A empresa até oferece como indenização os outros 20% da multa e a outra metade do aviso prévio. Mas exige a demissão por acordo e a anuência dos sindicatos ao plano, porque assim obterá legalmente a quitação plena de direitos. Ou seja, os demitidos abrirão mão de qualquer ação trabalhista.

Em assembleia conjunta realizada em junho, os funcionários da Imesp aprovaram o envio de uma contraproposta, elaborada pelos sindicatos, que reivindicava a concessão de um salário a cada cinco anos trabalhados, demissão comum e quitação somente das verbas da demissão. A empresa não aceitou e encerrou negociações. Em plebiscito realizado no dia 9 de agosto, os trabalhadores aprovaram a posição de que os sindicatos deem anuência ao PDI.

Fenaj elege a sua nova direção

Após 20 anos de pleitos com disputa, lideranças da categoria uniram-se em chapa única

Foi eleita em votação direta, de 16 a 18 de julho, a nova direção da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A chapa “Audálio Dantas – Fenaj em defesa dos Jornalistas, do Jornalismo e da Democracia”, única a se apresentar ao pleito, obteve 2.585 votos em todo o Brasil, quase 90% dos 2.877 votos válidos registrados.

A situação política e os ataques do governo Bolsonaro à democracia e aos direitos trabalhistas levaram à união de todos os profissionais em chapa única. “O conjunto das forças que atua nos estados em defesa dos jornalistas e as lideranças da categoria chegaram à conclusão de que, neste momento, eventuais divergências têm de ser tratadas no âmbito interno da Fenaj, porque temos de unir todos os que defendem os direitos trabalhistas, a democracia e o exercício profissional e querem construir a federação”, disse o presiden-



Cadu Bazilevski

Jornalistas de São Paulo Márcio Garoni, Norian Segatto, Paulo Zocchi, Márcia Quintanilha e Guto Camargo integram a nova direção da Fenaj.

te do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP), Paulo Zocchi, eleito vice-presidente da Fenaj.

A chapa é composta por representantes de sindicatos de jornalistas de vários estados. Foi reeleita como presidente a jornalista

Maria José Braga, a Zequinha, de Goiás. Outros quatro jornalistas de São Paulo integram a nova direção da entidade nacional: Guto Camargo, Norian Segatto, Márcia Quintanilha e Márcio Garoni.

Para a Comissão Nacional de Ética, em que a eleição se dá com

candidaturas individuais, foram eleitos Kardé Mourão, Osinaldo Moraes, Antônio Pinheiro Sales, Cláudia de Abreu e Salomão de Castro.

Entre os desafios a serem enfrentados pela nova diretoria da Fenaj está a reforma da Previdência em tramitação no Congresso Nacional, que dificulta o acesso da classe trabalhadora à aposentadoria pelo INSS. Outra questão é a tentativa de desregulamentação de nossa profissão.

Congresso em Fortaleza

De 22 a 24 de agosto, ocorrerá em Fortaleza (CE) o 38º Congresso Nacional dos Jornalistas, para definir as próximas lutas e campanhas em defesa dos direitos da categoria. O tema do evento é “Reafirmar o Jornalismo e o Papel dos Jornalistas”. O SJSJP estará representado por sete delegados, eleitos em assembleia no dia 5 de agosto.

Cojira pauta representatividade negra na mídia

Exibição dos programas de direito de resposta das religiões de matriz africana também são mencionados

A Cojira-SP participou da construção da IV Marcha das Mulheres Negras de São Paulo. Com o tema “Sem violência, sem racismo, sem discriminação e sem fome! Com dignidade, educação, trabalho, aposentadoria e saúde!”, o ato levou milhares de pessoas à Praça da República, no centro da capital paulista, no último 25 de julho, Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribe-

nha e Dia Nacional de Tereza de Benguela. De lá, as presentes seguiram em marcha contra o racismo estrutural e religioso e a mortalidade da população negra, resultados de um processo de genocídio como política de Estado, concretizado pelo sucateamento dos serviços de saúde e assistência social, violência policial, falta de investimentos na educação básica, ensino superior e pes-

quisa, precarização das relações de trabalho e possibilidades de aposentadoria.

A falta de representação e representatividade negra na mídia também foi pautada pela Cojira. Exemplos recentes foram o encerramento do programa “Manos de Minas”, voz do movimento hip-hop e cultura de rua, além da realocação da apresentadora Joyce Ribeiro, ambos da TV

Cultura. Esses e outros casos confirmam retrocesso no tema. A exibição dos programas de direito de resposta das religiões de matriz africana também foi lembrada e comemorada pelo público. O conteúdo está sendo veiculado pela Record News, após derrota judicial sofrida pela TV Record.

Sobre a Marcha

A Marcha das Mulheres Negras de São Paulo é uma articulação de mulheres autônomas e que atuam em coletivos diversos, nascidos do processo que levou às ruas de Brasília cerca de 50 mil mulheres, em 18 de novembro de 2015, em nome do Bem Viver. A luta dessas mulheres negras, indígenas, LGBTQI+ é pelo direito, da população negra e indígena, a ter direitos.

Glenn Greenwald, jornalista diretamente atacado pelo governo, em depoimento na Câmara dos Deputados



LIBERDADE DE IMPRENSA SOB ATAQUE

Por Sergio Kalili e Adriana Franco

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

Glenn Greenwald, jornalista, escritor e advogado, fundador do The Intercept Brasil, um dos símbolos da luta pela liberdade de informação e dos direitos humanos, é um dos profissionais mais atacados hoje na imprensa, na rua, nas redes sociais e no Congresso pelo atual ministro da Justiça, ex-juiz Sérgio Moro, e pelo presidente da República e seus apoiadores. Há 14 anos, quando adotou o Brasil, o país respirava esperança, experimentava um boom econômico e se apresentava para o mundo como uma democracia em forte ascensão. Era o primeiro mandato do ex-presidente Lula (PT-SP). Agora, Glenn exerce a profissão de repórter investigativo sob um

governo que declarou guerra à transparência e à informação em vários flancos. Mas, principalmente, a ele e à imprensa.

Para o presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ), Greenwald é muito perigoso. Ele e sua equipe de jovens jornalistas investigativos estão desmascarando o homem que representa, no Ministério da Justiça, o pilar da moralidade no governo. Ele é aquele que, há pouco, se vendia como o suprassumo da decência e que se uniu ao presidente para varrer a corrupção do país.

Definiu Frei Betto em um de seus artigos: "Apropriar-se do Cristianismo e convencer a opinião pública de que ele [Jair Bolsonaro] foi ungido por Deus para consertar o Brasil. Seu nome completo é Jair

Messias Bolsonaro. Messias em hebraico significa 'ungido'. E ele se acredita predestinado."

O jornalista do The Intercept Brasil arranha a imagem de Moro, da Lava Jato e consequentemente a de quem o escolheu. O capitão da reserva e o ex-juiz colocam o peso do Estado e dos apoiadores para parar a série de reportagens Vaza Jato, publicada desde 9 de junho.

Menos de dois meses depois da primeira matéria, a Polícia Federal, sob comando de Sérgio Moro, prendeu quatro suspeitos de hackear o celular do próprio ministro, do procurador Deltan Dalagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba e de outras autoridades. Um dos advogados de Greenwald, o ju-

rista Nilo Batista, diz que está em marcha uma tentativa de criminalização do seu cliente. "A tese que eles queriam é que alguém fosse suficientemente pressionado para inventar uma história diferente daquilo que aconteceu. Mas já não aconteceu. Era tentar colocar o jornalista numa posição de instigador do hackeamento. E, portanto, participe do hackeamento. Mas isso nunca aconteceu."

Em resposta às repetidas vezes em que Bolsonaro disse que Glenn pode ser preso, Batista respondeu. "A [ameaça] de hoje, do Bolsonaro, é que ele acha que é [crime de] receptação... Ele acha que uma mensagem [dos diálogos vazados da Lava Jato] é coisa móvel pra você ter um furto." E é

taxativo: "Para ele [Greenwald] sofrer mesmo algum risco [de ser preso], só se o Bolsonaro conseguir dar um golpe pelo qual ele tanto aspira todos os dias."

Em um ato, mês passado no Rio de Janeiro, em apoio ao trabalho do Intercept na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Greenwald declarou emocionado: "Eu não vou deixar o país dos meus filhos regredir para uma ditadura, eu não vou."

O vice-presidente da ABI, Cid Benjamin vê com "muita preocupação [o cenário atual] em que jornalista é visto como inimigo. A democracia está ameaçada".

A tentativa de intimidação a jornalistas está inserida em um contexto generalizado de combate ao conhecimento. Até alterar a Lei de Acesso à Informação a atual administração tentou. Em mais de meio ano de mandato, Jair Bolsonaro vem destruindo, diariamen-

No final de junho, Bolsonaro trocou quatro dos sete integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que trabalha no reconhecimento de mortos e desaparecidos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Os novos indicados têm perfis mais simpáticos a 1964. Um dos novos membros é o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR). Barros protocolou na Procuradoria-Geral da República um pedido de prisão temporária do jornalista por causa das reportagens no Intercept.

Greenwald é atacado e criticado até por colegas de profissão e não só nas redes sociais, mas em jornais, TVs e rádios. O diretor de Jornalismo da Jovem Pan, Felipe Moura Brasil, ironizou a reação de Glenn sobre a portaria 666, editada por Moro, vista como uma tentativa de intimidá-lo por permitir a deportação sumária de estran-

de Bolsonaro ou na tentativa de vincular o Intercept de forma delituosa aos quatro jovens de Araraquara. "Meu marido já denunciou que estão usando dados privados sobre nossa família, filhos e casa. Ele quer que fiquemos com medo e apreensão. Não temos medo nenhum. Continuamos publicando depois disso", disse Greenwald em depoimento no Senado.

Uma das agressões mais doloridas veio enquanto o americano estava com a família visitando a mãe, que sofre de câncer, e mora nos Estados Unidos. Apoiadores de Moro e Bolsonaro bombardearam o Facebook de Arlene Ehrlich Greenwald. Glenn respondeu: "Vou dedicar tudo o que tenho para garantir que esse sociopata que causou essa dor à minha mãe, no último estágio de sua vida, pague o máximo possível nos tribunais. Eu nunca experimentei nada tão monstruoso em 15 anos de jornalismo do que esses cretinos que apoiam Bolsonaro." Em outro post, colado a uma reprodução de um texto de sua mãe, escreveu: "As vezes, os atos mais feios e grotescos produzem graça, bondade e força inspiradora de caráter. Eu sinto muito pelo que foi feito para minha mãe por causa do meu trabalho, mas estou tão orgulhosa de como ela respondeu. Ela é quem me ensinou sobre coragem e consciência."

ma de fake news. "Eu acho que o meu caso foi o primeiro caso mais visível de uma coisa que se tornou a norma. Principalmente com mulher e é isso: são essas tentativas sistemáticas de intimidar e destruir a reputação de jornalistas mulheres. Começaram a fazer meme com a minha cara sempre com mentirosa, puta, vagabunda etc. E o Bolsonaro retuitou."

O celular da jornalista foi hackeado e as ameaças ficaram mais físicas. "Tinha um cara que falava assim: se você quer a segurança do seu filho de seis anos saia do país. Isso não é uma ameaça, é um aviso. Um sujeito ligou no meu celular falando mais ou menos assim: 'sua vagabunda comunista, eu estou indo na sua casa destruir a sua cara.' Foi assustador."

Os ataques resultaram em um inquérito policial, mas ao contrário da investigação do hackeamento ao celular de Moro, aparentemente não deu em nada. "A gente encaminhou tudo para a polícia, e abriram um inquérito. Eu não sei como a coisa está porque nunca me chamaram e nunca aconteceu nada."

No caso da repórter, o presidente também usou instituições públicas como instrumentos de pressão. "O Bolsonaro está me processando, exigindo que a gente abra as fontes da matéria."

Ela precisou de segurança particular. Fãs do militar-presidente passaram a segui-la. "Começaram a mandar grupos de apoiadores para tudo que eu ia fazer. Davam o endereço, o horário." Mello acabou cancelando todos os compromissos públicos ao menos por um mês.

Para Patricia, a intimidação é fruto de uma ação muito bem planejada. "Quando ele [Bolsonaro] retuita uma coisa, como no caso da Constança [Constança Rezende, repórter de O Estado de S. Paulo que escreveu sobre as investigações contra o filho mais velho do presidente, o Sen. Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)], ele amplifica esse tipo de coisa e meio que dá uma senha para esses caras mais extremos, que estão fazendo uma intimidação orquestrada. A gente fica achando que essas coisas são orgânicas e voluntárias, e um pou-

co, conselhos, comissões, repartições e institutos para esconder números, informações e dados. Exonerou o presidente do INPE porque não quer a divulgação do tamanho do desmatamento na Amazônia; está desmontando o Ibama e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade para minar a fiscalização, para esconder informação; expeliu o general Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo que não aceitou ingerência em peças publicitárias das estatais, como uma propaganda do Banco do Brasil que tratava de diversidade racial e foi tirada do ar pelo próprio presidente. E aí tem os cortes na educação, o sucateamento das escolas públicas.

geiros. "A política de segurança pública do Brasil não pode parar simplesmente por pavor de ferir a suscetibilidade de um americano envolvido na divulgação de mensagens roubadas", disse Brasil.

Como Glenn é casado com brasileiro e tem filhos aqui, dificilmente corre risco. Mas a portaria é vista com receio por correspondentes estrangeiros pelo texto bastante genérico. Segundo a redação, o caso de deportação se aplicará a quem "tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal".

Os ataques não têm limites, tentam desqualificar Greenwald profissionalmente e miná-lo física e psicologicamente. Não ficam apenas nas ameaças de prisão

Mesmo dez dias antes de vencer as eleições em segundo turno, ano passado, Bolsonaro intensificou os ataques para amordaçar jornalistas. **Patricia Campos Mello**, repórter da Folha de S. Paulo, foi alvo de ameaça e perseguição online e física após publicar, em 18 de outubro de 2018, uma reportagem que denunciava a compra massiva por empresários, apoiadores do candidato do PSL, de milhões de disparos de mensagens por WhatsApp, com o objetivo de prejudicar o PT na eleição. A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha não declarada por empresas, o que é vedada pela legislação eleitoral.

Além de perseguida, ela foi víti-

co é, mas muito é orquestrado. Muitas vezes migra para o mundo real, como foi no meu caso.”

As agressões traumatizam. “Em maio, eu dei mais duas matérias sobre a história do WhatsApp, com os áudios, e antes de saírem eu fiquei em pânico porque eu pensei: ‘vai começar tudo de novo.’”

O jornalista **Denis Burgierman**, repórter da revista Época, começou a ser perseguido depois que mexeu com o guru do governo e da família Bolsonaro, Olavo de Carvalho. Burgierman publicou, em março deste ano, uma matéria de capa sobre o curso oferecido pelo guru, intitulada “O que aprendi sendo aluno de Olavo de Carvalho por três meses”. Olavo não gostou do que leu e passou a postar palavras. Chamou o texto de “merda”, “bosta”, “fraude” e o autor ele apelidou de “Bosterman” e “Bunderman”, como “bostinha”, “jumentinho”, “mentiroso abjeto”, “maconheiro”, “cocô de pato”, “analfabeto”, “filho da puta”, entre outras ofensas.

Denis faz uma análise do que está havendo: “De repente, o jornalista como inimigo virou um fato social e as pessoas se ofendem com a investigação jornalística. O que está acontecendo é estranho e ao longo do período [o que acontece] é que a mídia é inimiga do Brasil.”

Burgierman e sua família foram bastante ameaçados nas redes sociais. O caldo engrossou e a violência passou a ser mais física quando Olavo soube que o jornalista planejava publicar um livro sobre o curso. O guru e seus apoiadores subiram o tom. Como forma de intimidação, Carvalho publicou o endereço e uma foto da entrada da casa do jornalista, com o seguinte pedido: “Alguém aí pode, por favor, averiguar se o difamador profissional ainda mora neste endereço...” Diante das agressões ao repórter, a editora com a qual Burgierman negociava o livro desistiu da empreitada.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSJP) ingressou com representação junto ao Ministério Público de

São Paulo, requerendo a apuração dos fatos e agressões a Denis. No documento, o Sindicato “reforça a preocupação do aumento expressivo de violência nas redes sociais e pede que o MP continue intensificando o combate à disseminação de crimes de ódio e sua respectiva impunidade que desestimula o exercício da profissão”.

Outro profissional atacado é **Juca Kfour**. Assim como Burgierman, Juca entrou com representação contra seu agressor, o corretor de imóveis José Emílio Joly Júnior, no Ministério Público. Joly mora em Curitiba, se declara ex-militar e é apoiador de Bolsonaro.

As agressões ao jornalista começaram no final do ano passado, após a eleição, e continuaram em 2019. Ele foi agredido em seu blog, no portal UOL. O corretor escreveu: “Lembre-se que a ditadura está no poder e os porões serão reabertos para ‘extinguir’ lixos como você, Juca. Cuidado!”; “Como ex-militar, eu adoraria uma missão para executar imbecis iguais a vocês do UOL e outros lixos”; “Juca.nalha. Sou ex-militar (Pelopes – Pelotão de Operações Especiais), e consigo achar qualquer animal, nem que seja no inferno”; “Um dia vou cruzar na sua frente e te encher de porrada na cara!”

Joly usava o e-mail da esposa. Depois que foi identificado e denunciado pelo colunista, parou com as ameaças. O profissional, que já atuava como jornalista sob o regime militar e lutou contra o golpe de 1964, surpreende-se com o momento atual. “Jamais imaginei, quando tinha 18, 19 anos e militava contra a ditadura, que viveria uma situação semelhante. Uma situação de absoluto obscurantismo. Ministros e os filhos do presidente... Milicianos tão próximos ao poder... O que me resta é denunciar isso e resistir a isso. O DOI-Codi, que infelizmente eu conheci, não me impediu de lutar pelas coisas que eu achava que devia lutar, não vai ser agora, avô, aos quase 70, que eu vou deixar de lutar.”

Miriam Leitão, da TV Globo e do jornal O Globo, que volta e meia critica declarações do pre-

sidente, tais como elogios e homenagens ao falecido coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, apontado pela Comissão da Verdade como responsável por torturas, além de 47 sequestros e homicídios durante o regime militar, foi caluniada pelo próprio Bolsonaro e por defensores do governo. Ele chegou a dizer que a jornalista, que ficou na prisão por três meses e passou por sessões de tortura durante a gravidez, em 1972, nunca havia sido torturada. As mentiras inflamaram apoiadores do presidente e impulsionaram fake news sobre Miriam.

Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, após compartilhar no Twitter notícia sobre uma menina de treze anos, que teria sido estuprada pelo pai e ameaçada com um revólver, foi alvo de intimidação de apoiadores e deputados bolsonaristas. Bergamo expôs o fato do pai manter arma dentro de casa. A jornalista fez referência clara à flexibilização da posse de armas por parte do governo Bolsonaro.

Leonardo Sakamoto, colunista do UOL e diretor da ONG Repórter Brasil, despertou ira por suas reportagens e artigos. Sofreu ameaças de bolsonaristas, do tipo: “É só me dar uma arma que meto uma bala no meio da cara desse filho da puta!” **Marina Dias e Rubens Valente**, da Folha de S. Paulo, passaram a ser agredidos por causa de reportagem sobre a ex-mulher de Bolsonaro, que dizia ter sido ameaçada pelo ex-marido.

Ao escrever sobre o livro “O Cadete e o Capitão”, do colega Luiz

Maklouf de Carvalho, Rubens Valente lembra que o ódio do presidente à liberdade de imprensa não nasceu agora. O livro detalha o processo militar, no final dos anos 1980, em que Bolsonaro foi acusado de elaborar um plano terrorista de explodir bombas em unidades militares. A acusação levou em conta uma reportagem da revista Veja, da repórter **Cassia Maria**.

No livro, constata o jornalista da Folha, Maklouf conta como ministros do Superior Tribunal Militar, em Brasília, distorceram “documentos e depoimentos para livrar Bolsonaro de uma condenação e focar no que eles entenderam ser o verdadeiro inimigo: a imprensa”. E, Valente conclui: “Mais de 30 anos depois, ainda impressiona ler as acusações e infâmias lançadas por Bolsonaro e pelos ministros contra a Veja e a então repórter Cassia Maria.”

A perseguição a profissionais de imprensa não fica nas ameaças e intimidações. Alguns jornalistas acabaram afastados, demitidos ou não tiveram contratos renovados a pedido de Bolsonaro ou de colaboradores e apoiadores. O exemplo mais conhecido foi o de Paulo Henrique Amorim, um crítico voraz do atual governo. Paulo Henrique morreu duas semanas após ser retirado da apresentação do programa Domingo Espetacular, da TV Record. A irmã Marília Amorim desabafou. “Ele já conhecia isso (retaliações por conta do trabalho), mas claro que sempre é um baque forte. Parece que dessa vez foi demais e ele não aguentou.”

Dados da violência contra jornalistas

A ONG Repórter Sem Fronteiras divulga anualmente um ranking mundial de liberdade de imprensa e, em 2019, o Brasil, que já estava mal colocado, caiu três posições: agora ocupa a 105ª posição entre 180 países pesquisados. De acordo com o relatório, o Brasil continua sendo um dos países mais violentos da América Latina para a prática do jornalismo e reitera que “a eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018, após uma campanha marcada por discursos de ódio, desinformação, violência contra jornalistas e desprezo pelos direitos humanos, é um prenúncio de um período sombrio para a democracia e a liberdade de imprensa”.

De 2017 para 2018, os casos de agressões contra jornalistas aumentaram 36,4%, segundo o levantamento Violência contra Jornalistas 2018, publicado pela Fenaj.

Patrícia Campos Mello

“EXISTE UMA TENTATIVA DE INTIMIDAR O JORNALISMO INDEPENDENTE E CRÍTICO”

Por Adriana Franco

Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, é uma jornalista atacada por exercer a profissão. Vítima de ameaças e fake news, Patrícia conta como é ser repórter em tempos em que a imprensa e, principalmente, jornalistas mulheres são agredidas.

Unidade: Você foi atacada e exposta por apoiadores de Jair Bolsonaro após publicar uma reportagem. Como aconteceram os ataques e como você se sentiu?

Patrícia Campos Mello: No dia em que eu publiquei a primeira matéria, em pouco tempo começou esse trabalho de desconstrução da minha pessoa e da reportagem.

Primeiro, acharam uma entrevista que eu tinha dado, editaram esse vídeo e ficou uma coisa que era ‘eu sou de esquerda, sempre votei no PT’ e viralizou. No momento em que viralizou, começaram os xingamentos: ‘puta, vagabunda...’ Fizeram um clipe disso com todos os xingamentos possíveis e passaram a fazer meme com a minha cara, sempre com xingamentos: ‘mentirosa, puta, vagabunda, etc.’

Depois, começaram algumas ameaças um pouco mais preocupantes. Tinha um cara que falava assim: ‘se você quer a segurança do seu filho de seis anos saia do país. Isso não é uma ameaça, é um aviso.’ Esse foi assustador.

Começaram a rolar fake news e a ligarem no meu celular. Um sujeito ligou falando mais ou menos assim: ‘Sua vagabunda comunista, eu estou indo na sua casa destruir a sua cara’ e também foi meio assustador porque tinha meu celular.

Passaram a mandar em grupos de apoiadores do Bolsonaro tudo que eu ia fazer e o endereço, o horário... E mandavam as pessoas irem me confrontar. Então



Patrícia Campos Mello, jornalista da Folha de S. Paulo, relata ameaças e perseguição que sofreu após publicar reportagem

eu tive que cancelar tudo que eu ia fazer durante um mês. Nesse momento, o jornal achou melhor contratar um guarda-costas.

No jornal, mandaram mais de 200 mil WhatsApp para falar da matéria, me xingar, mandar me demitir, falar que a Folha era comunista.

O Bolsonaro está me processando, pessoalmente, exigindo que a gente abra as fontes da matéria.

Eu acho que xingamento a gente está exposta, mas quando esse tipo de coisa vira ameaça... Envolveram meu filho, ligaram no meu celular... Ficam divulgando os eventos que eu faço. Cada vez que tem uma fake news com a minha cara, é mais um monte de gente mais me xingando.

U: Que medida legal você tomou nesse caso?

PCM: De medida legal foi esse inquérito das coisas que eu encaminhei pro jornal, e encaminham para inquérito, porque essas mensagens do Facebook, as pessoas mandavam do perfil delas. Pode ser um perfil falso, mas era um perfil do fulaninho. E

Arquivo pessoal

ca esse tipo de coisa e meio que dá uma senha para esses caras mais extremos que estão fazendo mesmo uma intimidação orquestrada. Tem uma coisa que incita essas pessoas a fazer esse tipo de intimidação online e que muitas vezes migra para o mundo real como foi no meu caso.

U: Como você avalia esse cenário para a liberdade de imprensa e para a atuação dos jornalistas?

PCM: Eu acho que é um desafio a gente, além de tudo, ter que lidar com esse tipo de tentativa de intimidação que é especialmente forte contra mulheres e tem um traço de misoginia super forte. Se você pensar, todos os exemplos mais comuns são de mulheres. Certamente, dificulta muito o nosso trabalho.

U: Você acha que a liberdade de imprensa nesse cenário fica ameaçada no país?

PCM: Não sei te dizer se a liberdade de imprensa está ameaçada, mas é uma tentativa de intimidar o jornalismo independente e isso é um fato: existe uma tentativa de intimidar jornalismo independente e crítico.

U: A que você atribui esse fato?

PCM: Eu acho que isso está acontecendo porque a gente tem um ambiente político muito polarizado, polarizado como nunca, em que as redes sociais são usadas como armas. E um elemento muito importante nisso é a misoginia. Qual é o homem que está sendo atacado? E o tipo de xingamento é sempre muito sexista: ‘vagabunda, vaca’. Tudo faz parte de uma coisa orquestrada de tentar desacreditar jornalista crítico. Então, você faz uma fake news com a cara do jornalista. Você literalmente ataca o mensageiro.

Reforma da Previdência

Jornalista, sua aposentadoria está por um triz

Projeto aprovado na Câmara e agora no Senado reduz valor e dificulta a obtenção de benefício ao aumentar o tempo de contribuição

A reforma da Previdência, aprovada na Câmara, chega ao Senado mantendo a base do projeto do governo Jair Bolsonaro (PSL-RJ). O texto aprovado até aqui é prejudicial tanto aos trabalhadores do INSS (Regime Geral da Previdência Social - RGPS), pelo qual se aposenta a maioria dos jornalistas, quanto aos servidores do governo federal, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

Um estudo do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos mostra o tamanho do desastre que se aproxima de uma profissão já precarizada, com profissionais sem registro ou dinheiro para con-

tribuir à aposentadoria. Confirma que a maior parte dos jornalistas pertence ao regime geral, do INSS, mas também revela que mais da metade trabalha sem carteira assinada. Segundo o levantamento, são trabalhadores por conta própria, autônomos, PJs, freelas, gente que faz bico, presta consultoria, entre outras posições ocupacionais. Ou seja, muitos contribuem para o INSS por conta, quando conseguem pagar.

O número de jornalistas com carteira assinada encolheu em 2017, último dado disponível, para patamares de 2009. De lá para cá, as notícias de demissões massivas só aumentaram no interior e na

capital de São Paulo, com unificações de redações, profissionais com acúmulo de função ou trabalhando por dois ou mais colegas. E os salários acompanharam o desemprego. De 2010 a 2017 a massa salarial encolheu 40% no segmento de jornais e revistas.

Como o projeto aprovado na Câmara aumenta o tempo de contribuição e reduz o valor do benefício, a categoria entra no bolo do trabalhador brasileiro que já tinha dificuldade de se aposentar e, agora, vê o sonho do direito de descansar e curtir o que resta de vida cada vez mais distante. De acordo com a consultoria IDados, a partir de números de 2017, os mais recentes do Ministério da Economia, em média, o brasileiro só consegue o primeiro emprego com carteira aos 28,6 anos.

O presidente do SJSP, Paulo Zochi, alerta: "Somos uma categoria - como grande parte da classe trabalhadora - que está vendo

a possibilidade de se aposentar riscada porque os jornalistas, em sua esmagadora maioria, se aposentam pelo Regime Geral da Previdência Social".

Pelo texto da reforma fica eliminada a aposentadoria por tempo de contribuição sem limite de idade. Os jornalistas só poderão se aposentar com benefício integral a partir dos 65 anos e depois de contribuir por 40 anos. As mulheres, maioria nas redações, para ter benefício integral terão que contribuir durante 35 anos e ter 62 anos de idade. *(Veja infográfico: Como fica para os jornalistas?)*

Existe a possibilidade da contribuição mínima de 15 anos, porém o valor do benefício pode ficar mais de 20% menor, já que o cálculo também mudará e levará em consideração 60% da média total dos salários base. Hoje, quem contribui por 15 anos recebe 85% do valor da média das 80% melhores contribuições - as 20% piores

COMO FICA PARA OS JORNALISTAS?

O SJSP utilizou a calculadora de aposentadoria do Dieese para estimar o impacto da reforma na aposentadoria de jovens jornalistas, com poucos anos de contribuição ao INSS, e de profissionais prestes a se aposentar.

	25 ANOS • 2 anos de contribuição ao INSS		25 ANOS • 2 anos de contribuição ao INSS	
	SEM A REFORMA	COM REFORMA	SEM A REFORMA	COM REFORMA - PEC 06/2019
Aposentadoria por idade:	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até 65 anos de idade Contribui por mais 13 anos Recebe 85% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até 65 anos de idade Deverá contribuir por mais 13 anos Receberá 60% do benefício** 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 60 anos de idade Contribui por mais 13 anos Recebe 85% do benefício.* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até 62 anos Contribuirá por mais 13 anos Receberá 60% do benefício**
Para receber 100%:	<p>Regra 85/95 Progressiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> Trabalha até 61 anos de idade e 6 meses Contribui por 36 anos e 6 meses Recebe 100% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até os 64 anos Deverá contribuir por mais 39 anos Receberá 100% do benefício** 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até 56 anos e 6 meses Contribui por mais 31 anos e 6 meses Recebe 100% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até 61 anos e 6 meses Contribuirá por mais 36 anos e 6 meses Receberá 100% do benefício**
Aposentadoria por tempo de contribuição/ Fator previdenciário	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 58 anos Contribui por mais 33 anos Receberia 76,3% do benefício* 	DEIXA DE EXISTIR	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até 53 anos e 11 meses Contribui por mais 28 anos Recebe 63,5% do benefício* 	DEIXA DE EXISTIR

são descartadas, o que aumenta o valor do benefício.

O caldeirão de maldades não para por aí. Um dos pontos mais desumanos é o que muda o cálculo de concessão das pensões pagas a viúvos, viúvas e órfãos. Atualmente, em caso de morte do segurado do INSS, os dependentes têm direito a 100% do benefício. Com a reforma, terão direito a uma cota familiar de 50% do valor + cotas de 10% por dependente. Ou seja, uma viúva, por exemplo, receberá apenas 60% da aposentadoria que o marido deixou, já que terá direito a uma cota por ser dependente. Caso tenha filhos, receberá também a cota de 10% de cada um. Se o trabalhador que morreu tinha direito a um benefício de um salário mínimo, a viúva sem filhos vai receber apenas R\$ 598,80.

Foi retirado do texto aprovado na Câmara o chamado regime de capitalização, um dos principais pontos do projeto. No entanto, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo enviará à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui o sistema de capitalização na Previdência.

No regime de capitalização o contribuinte deposita o dinheiro da aposentadoria em uma conta de banco privado. E é só com essa poupança que contará para o sustento depois que parar de

trabalhar. Se acabar, azar... A jornalista especializada em economia Maria Inês Nassif classifica o modelo de perverso. "Com a capitalização, não só as pessoas deixam de contribuir com as suas aposentadorias, como também o Estado deixa de ter qualquer obrigação com essas pessoas. Então: 'Não poupou durante a vida ativa de trabalho, a culpa é sua que não poupou.'"

De acordo com a nota técnica do Dieese, a proposta de capitalização significa a destruição do sistema público. "Este regime de capitalização, que prescinde de contribuições previdenciárias patronais (na chamada "carteira verde-amarela"), concorreria de forma predatória com os regimes públicos de repartição, que sofreriam perda de arrecadação, levando à privatização da previdência."

A saída do modelo de capitalização não elimina a tendência privatizante do texto. Está mantida na redação a possibilidade de o setor privado ficar responsável por benefícios, como pensão por morte, auxílio doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade, entre outros, abrindo uma enorme avenida para a privatização do sistema. Esses benefícios representam hoje cerca de 43% das despesas do Regime Geral da Previdência.

Outro problema que deve con-

tribuir para a destruição do sistema é a desconstitucionalização: a proposta de reforma só mantém na Constituição a idade mínima para aposentadoria. Saíram itens como a definição do tempo de contribuição e cálculo do valor do benefício, tanto no Regime Geral (INSS) quanto no Regime Próprio da Previdência Social. Se mantidos assim, esses critérios serão definidos por leis complementares, mais fáceis de serem aprovadas pois necessitam apenas de maioria simples na Câmara e no Senado. Já uma PEC precisa de 3/5 do total de deputados e senadores.

Tamanho insegurança pode estimular a saída de trabalhadores do sistema. Segundo o Dieese, "a desconstitucionalização cria incertezas para os segurados em relação aos benefícios" que obterão futuramente. "As mudanças na legislação podem ser aprovadas com maior facilidade e, por isso, estão expostas às conjunturas políticas de curto prazo."

Com tanto empecilho, insegurança e benefícios menores, a consultoria de investimentos Mercer estima que a mudança nas regras de aposentadoria acarretará, em cinco anos, em um acréscimo de 25% no número de pessoas com previdência complementar, ou seja, privada, aumentando de 16 milhões para 20 milhões a quantidade de segurados.

Lute pelo direito de se aposentar!

Diante da manutenção do ataque aos direitos da classe trabalhadora e ciente de que a pressão realizada pelas recentes manifestações amenizou alguns pontos, como a retirada do regime de capitalização, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) defende a adesão da categoria às greves e mobilizações contra a reforma que tramita no Senado. A manifestação (organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação) no dia 13 de agosto foi mais um dia de luta pela aposentadoria, por empregos e pela educação.

Repetiu-se a adesão de 14 de junho quando as centrais sindicais convocaram uma greve geral. A categoria reafirmou o apoio à paralisação em assembleias convocadas pelo Sindicato. A decisão deu base para os jornalistas se manifestarem. Parte da redação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) paralisou suas atividades. O Sindicato dos Jornalistas se somou às manifestações em todo o estado em prol da garantia de aposentadoria da categoria.

	45 ANOS • 25 anos de contribuição ao INSS		45 ANOS • 25 anos de contribuição ao INSS	
	SEM A REFORMA	COM REFORMA	SEM A REFORMA	COM REFORMA - PEC 06/2019
Aposentadoria por idade:	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 65 anos Já contribuiu o suficiente Recebe 95% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até 65 anos de idade Já contribuiu o suficiente Receberá 80% do benefício** 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 60 anos Já contribuiu o suficiente Recebe 95% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até os 62 anos Já terá contribuído o suficiente Receberá 80% do benefício**
Para receber 100%:	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 60 anos de idade Contribui por mais 15 anos Recebe 100% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até 62 anos e 6 meses Contribuirá por mais 17 anos e 6 meses Receberá 100% do benefício** 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 55 anos de idade Contribuirá por mais 10 anos Recebe 100% do benefício* 	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhará até os 57 anos de idade Contribuirá por mais 10 anos Receberá 100% do benefício**
Aposentadoria por tempo de contribuição/ Fator previdenciário	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até 55 anos de idade Contribui por mais 10 anos Recebe 68,2% do benefício* 	DEIXA DE EXISTIR	<ul style="list-style-type: none"> Trabalha até os 50 de idade Contribui por mais 5 anos Recebe 57,2% do benefício 	DEIXA DE EXISTIR

Atualmente, o benefício* é calculado sobre a média das 80% maiores contribuições. Com a reforma, o benefício** será calculado sobre todas as contribuições e corresponderá a 60% da média das contribuições mais 2% para cada ano de contribuição que exceder a 15 anos. O novo cálculo pode reduzir em mais de 20% o valor do benefício em comparação com a regra atual.

Para calcular o impacto da reforma da previdência, acesse: <https://www.dieese.org.br/calculadoraReformaPrevidencia.html>

FOTÓGRAFO LUTA HÁ 6 ANOS POR JUSTIÇA

Fotos: Sérgio Silva

Este ensaio fotográfico é uma homenagem ao fotógrafo **Sérgio Silva**, da Ponte Jornalismo, e a todos os jornalistas que sofreram violência no exercício da profissão. Silva perdeu a visão do olho esquerdo, atingido por uma bala de borracha, em 13 de junho de 2013, durante a cobertura dos protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo. À época, outros 14 profissionais ficaram feridos por causa da ação truculenta da polícia. O fotógrafo trava há seis anos uma batalha na Justiça para ser indenizado pelo Estado de São Paulo.

Silva acumula derrotas em um processo marcado por equívocos. Chegou a ser considerado culpado pela mutilação. Nem o testemunho do médico que o socorreu foi incluído nos autos. Agora ele recorre ao Superior Tribunal de Justiça. O SJSP manifesta seu apoio e solidariedade a Sérgio Silva.

